

MEMÓRIA DOS ANOS DE CHUMBO NAS CIDADES BRASILEIRAS

*Pedro Henrique Campello TORRES**

RESUMO: O presente artigo analisa as relações entre memória, história e sociedade no espaço urbano brasileiro, em especial as disputas em torno de lugares de memória referidos à Ditadura Civil-Militar (1964-1985). A dimensão política da prática de se nomear espaços simbólicos de enaltecimento à ditadura civil-militar é o tema central do presente trabalho. As cidades brasileiras, onde se desenvolveu a maior parte das ações de resistência, guardam marcas da história recente da Ditadura. Com o fim do regime de exceção iniciado em 1964, permaneceu o que se chamou de feridas históricas, entre as quais a manutenção das marcas do regime autoritário em nomes de ruas, estabelecimentos e logradouros públicos. Passados mais de um quarto de século do final do regime autoritário, ainda permanecem designações de estátuas, ruas, praças e escolas públicas, e outros espaços públicos e privados que homenageiam integrantes do governo militar, torturadores e colaboradores do regime.

PALAVRAS-CHAVE: Lugar de memória. Ditadura civil militar. Cidades.

Sabe-se que existem inúmeras formas de se fazer memória. Uma delas consiste na criação de espaços simbólicos destinados a preservar no tempo e no espaço, em forma de monumentos, nomes de logradouros ou de instituições, a remissão a personagens e fatos concorrentes à criação de identidades e sentidos de pertencimento a uma história. Entre as maneiras de se fazer história, a operação historiográfica admite múltiplos usos de fontes e procedimentos metodológicos para se estudar um mesmo objeto.

* Bolsista CAPES. Doutorando em Ciências Sociais. PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 22451-900 - phcampellotorres@gmail.com

A dimensão simbólica da história foi durante muito tempo desprezada pela precedência da história econômica e política. Mas o estudo dos símbolos, sua interação com o espaço (em nosso caso particular, a cidade) e o imaginário de seus habitantes é contribuição importante para remontar um quebra-cabeça de versões, acontecimentos e interpretações de fatos – essenciais para formação da identidade/memória de um país.

Ao buscar caracterizar as dinâmicas de designação e alocação de símbolos associados a logradouros públicos em municípios brasileiros, consideraremos a cidade como espaço historicamente produzido e mutante, que se reproduz no tempo inclusive através dos signos que formam a identidade e a memória dos lugares, *locus* das relações entre os sujeitos históricos e suas sociabilidades. O trabalho busca, assim, refletir sobre o processo de formação de uma cartografia da memória política em construção nas cidades, sua produção e reprodução simbólica e material do espaço urbano e sua relação com a sociedade brasileira.

É comum vermos em distintos países, nos mais diversos períodos históricos que, junto à queda de um ditador, caem também as marcas e símbolos construídos por ele ou por sua base política, sendo imediatamente substituídos por outros que trazem referência a um novo período. O estabelecimento de marcos zeros em momentos que sucedem episódios de revoluções, golpes, insurreições ou a restauração da democracia pós-regimes autoritários tem sido uma constante na história. Os grupos triunfantes, uma vez no poder tendem a, concretamente, apagar signos que rememorem um passado recente e de conflito.

São marcantes as imagens de eventos do século XX como a queda do muro de Berlim na Alemanha em 1989, a derrubada da estátua de Saddam Hussein no Iraque, do busto de Stalin em países do leste europeu, entre tantos outros exemplos. Estas transformações expressas no espaço são fruto de disputas de memória social que objetivam a formação de novas identidades coletivas.

Estátuas e bandeiras são talvez os principais exemplos. Imagens da queda de estátuas-bustos de Stalin, Saddam Hussein, Hitler, entre muitos outros tornaram-se importantes marcos históricos da passagem de um tempo histórico a outro. Assim como existem inúmeros outros exemplos de marcos análogos como a troca de calendário após as revoluções francesa e russa, a mudança do nome de cidades como a atual São Petersburgo, que outrora já fora renomeada Leningrado e Petrogrado (em homenagem a Lenin e a Pedro, o Grande, respectivamente).

Nos processos de redemocratização da América Latina, no final do século XX, ocorreram grandes processos de discussões sobre a anistia e o que fazer com o legado histórico deixado pelos governantes designados pelas forças armadas¹. Na história

¹ Países como Argentina, Chile, Uruguai tem realizado profunda revisão do período ditatorial e sua relação com a memória e o espaço. Importante contribuição da experiência argentina está retratada no livro **Memorias en la ciudad**: señales del terrorismo de estado en Buenos Aires (MEMORIAS..., 2009).

do Brasil é mais comum a construção de um monumento do que sua destruição. Em nosso país, a estátua de D. João VI não foi derrubada quando passamos de Colônia a Império. Menos ainda as de D. Pedro I e D. Pedro II, quando a república foi proclamada. Getúlio Vargas, mesmo tendo protagonizado o Estado Novo e se aproximado dos nazifascistas ganhou da ex-governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, um busto gigantesco na Praça da Glória.

Uma característica da história recente do Brasil se manifesta na lenta transição que marcou a saída da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Esta peculiaridade diz respeito a uma transição pactuada à democracia, realizada sob égide das forças do próprio regime de exceção. No pensamento social brasileiro este traço conciliador vigente entre as elites que articulam o sistema político já encontrava referências em autores como Werneck Vianna, em *Liberalismo e sindicato no Brasil* (1976), Florestan Fernandes, em *A revolução burguesa no Brasil* (2006), Caio Prado Jr., em *A revolução brasileira* (1977), por exemplo. A tendência conciliadora em momentos de transição política refletir-se-á também nos marcos simbólicos da produção do espaço social das cidades brasileiras.

Trabalhos clássicos como *Quatro vezes cidades* (CARVALHO, 1994), *Espelho de próspero* (MORSE, 1988) e *A cidade letrada* (RAMA, 2015) refletiram sobre a peculiaridade do processo de produção das cidades latino-americanas, sobretudo a partir de seu eixo modernizador e sua relação colonial. Em sentido oposto ao moderno, a modernização das cidades na América Latina, entre 1870-1920, não destruiu os alicerces simbólicos e materiais das cidades absolutistas. As reformas urbanas aqui empreendidas mantiveram a prevalência da ordem dos signos sob a ordem material, ou seja, a perpetuação da razão absolutista europeia sobre a imaginação local (RAMA, 2015).

Conflitos e memórias na cidade: identidades, toponímia e território

Aquilo que se designa por cartografia histórica (CHAUPRADE, 2007) é um procedimento que analisa a formação e configuração espacial de um território ao longo do tempo, verificando a dinâmica de suas representações sociais e simbólicas. A cartografia é poder, assim como o ofício de historiar. Está nos mapas dos cartógrafos, assim como na escrita da história, a produção de uma forma de representação do homem no espaço e no tempo.

As formas de produção e representação das cidades variam no tempo e no espaço, de acordo com os conflitos existentes em determinados períodos dentro de um território. Os nomes de ruas, símbolos e formas urbanas fazem parte do processo de disputas na formação espacial de uma cidade.

A memória coletiva é, deste modo, um meio fundamental da vida social, uma das dimensões da ação coletiva e um veículo de poder. Poder, por exemplo, de transmitir ou perenizar uma memória de si, ou de propor ou impor uma dada memória à coletividade; poder de criar, refazer ou destruir identidades sociais, de dar sentido, corpo e eficácia aos atos coletivos. O ato da memória é um “[...] ato de poder e o campo da memória, o espaço onde atuam seus lugares, é um campo de conflitos [...]” (GUARINELLO, 1995, p.189).

A história das cidades, com seus lugares de memória, é também a história dos conflitos entre grupos sociais com interesses e perspectivas distintos. A produção espacial material e simbólica disposta no tempo reflete a disputa de poder entre os grupos que nele habitam.

Nesse sentido, o argumento é de que a memória é uma construção social; ela é própria e referente a cada grupo social; se impõe como produção hegemônica – e se reproduz - dependendo da força de cada grupo social; reflete e faz refletir a identidade de um grupo; reflete e faz refletir a inserção – formas distintas de representação – de cada grupo no espaço.

Para o historiador francês Pierre Nora (1993) memória envolve a repetição e a rememoração. A memória coletiva depende do poder social do grupo que a detém. Isso significa dizer que a memória é objeto de disputa entre grupos com interesses distintos. E que o grupo que detém maior poder mantém a hegemonia da produção da memória coletiva. Na rememoração, nós não lembramos as imagens do passado como elas aconteceram, mas sim, de acordo com as forças sociais do presente que estão agindo sobre nós. A repetição de datas, símbolos e ritos constrói o sentimento simbólico de tradição e identidade que, quando vivenciadas por um grupo, passam a ser incorporadas, mesmo que inconscientemente, à cultura e à memória coletiva.

A perspectiva que explora as relações entre memória e a história tem, segundo Henry Rousso (1998, p. 94-95), por atributo mais imediato

[...] garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao ‘tempo que muda’, às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

Foi Maurice Halbwachs (2006) quem mais detidamente se debruçou, ainda na década de 1920, sobre o que se denominou estrutura social da memória. Para o sociólogo francês, as memórias são construções dos grupos sociais. Mesmo sendo as lembranças individuais, são os grupos sociais que determinam o que é memorável e as formas pelas quais isto será lembrado.

Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos relevantes para o seu grupo. Existiriam memórias sociais em diferentes épocas e lugares, considerando diversos aspectos do passado como memoráveis (batalhas, política, religião, economia) e apresentando o passado de maneiras muito distintas, se concentrando em fatos ou estruturas, em grandes personagens ou pessoas comuns, conforme o ponto de vista do seu grupo social (BURKE, 2000).

Na estrutura pensada por Halbwachs (2006, p.41) teríamos,

[...] na base de toda lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que - para distingui-lo das percepções onde entram elementos do pensamento social - admitiremos que se chame intuição sensível.

Em decorrência da seletividade, alguns fatos são registrados e outros são esquecidos, ou seja, o que será preservado na memória dos indivíduos é escolhido em função de preocupações pessoais ou políticas pertinentes a determinado momento e, nesse sentido, a memória pode se tornar um instrumento de dominação, assim como o esquecimento (HALBWACHS, 2006).

A importância da história do presente e suas distintas formas de representação também são apontadas pelo sociólogo como componentes do processo de fazer memória. Assim, no nosso caso, a renomeação de logradouros ou espaços públicos no presente, além de reescrever uma história imediata, projeta uma nova possibilidade de construção da história futura:

[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (HALBWACHS, 2006, p.75-76).

Quando tratamos da memória viva, ou seja, aquela em que a história do tempo presente, imediata, ainda não destilou o passado, mas, ao contrário aguarda o inevitável conflito e tem seus personagens ainda vivos e ocupando papéis de destaque na cena política, econômica, militar ou cultural do país, a imprevisibilidade é certa. Registre-se a respeito o debate teórico sobre a necessária relação entre presente-passado, acrescentando o horizonte do futuro, como ensina Jaques Le Goff (1990).

Lembra o historiador que o especialista em períodos antigos tem um elemento diferencial em sua análise que é o fato de já saber o que se passou depois do seu recorte cronológico:

Os historiadores do contemporâneo, do tempo presente, ignoram-no. A história contemporânea difere assim (há outras razões para esta diferença) da história das épocas anteriores. Esta dependência da história do passado, em relação ao presente deve levar o historiador a tomar certas precauções. (LE GOFF, 1990, p.7).

Celso Pereira de Sá et al. (2009) aproxima as noções de memória coletiva de Halbwachs (2006) com as de Jedlowski (2001, p.33) autor em que a memória coletiva pode ser definida como “[...] um conjunto de representações sociais acerca do passado que cada grupo produz, institucionaliza, guarda e transmite através da interação de seus membros.”

Para Jedlowski (2001) memória coletiva é, por definição, a memória de um grupo social, da mesma forma que uma representação social como definida por Moscovici (1976) e Jodelet (1984, 1989) tem obrigatoriamente um grupo como sujeito produtor e/ou usuário. Por outro lado, a memória histórica, como aqui conceituada (SÁ et al., 2009) é uma memória social que pode ser constituída pelas memórias comuns a um conjunto amplo de pessoas que tenham sido expostas aos mesmos fatos ou informações.

No final da década de 1970, o historiador Pierre Nora (1993, p.13) desenvolveu o conceito de lugar de memória: “Os Lugares de Memória vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é necessário criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, notariar atos, porque estas operações não são naturais.”

Para o historiador, os lugares de memória apresentam uma tríplice acepção: a) são lugares materiais, onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; b) são lugares funcionais, porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas; c) são lugares simbólicos, onde essa memória coletiva – vale dizer, essa identidade – se expressa e se revela.

Assim, Nora (1993) desenvolve a referência sócio-espacial presente no conceito de memória coletiva de Halbwachs (2006):

Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Ambiente material não será mais o mesmo. Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. [...] é sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e quem em todo caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças. (HALBWACHS, 2006, p.59).

Em nosso caso, destacamos os monumentos com os quais se procurou impregnar de valores positivos os nomes de responsáveis pela Ditadura Civil-Militar e suas práticas de exceção, assim como aqueles através dos quais buscou-se, ulteriormente, em sentido inverso, registrar os valores democráticos e de resistência ao regime de exceção.

Maria Carolina Maziviero (2007, p.7) afirma que no

[...] âmbito da cidade, a preservação de obras de arquitetura ao longo do tempo nos serve como testemunho do poder. [...] Patrimônio pode ter um significado mais amplo, abrangendo não somente a produção e a reprodução de bens materiais, mas, também, a de bens imateriais.

Maurice Halbwachs (2006) enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem no imaginário da coletividade a que pertencemos. Os monumentos são

[...] esses lugares da memória analisados, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias. (HALBWACHS, 2006, p.59).

A manutenção de logradouros, signos e símbolos de regimes políticos superados é marca concreta de como a transição articulou a possibilidade de reconstrução da memória coletiva, da produção do espaço e da identidade nacional.

Para Halbwachs (2006), há, na noção de construção da identidade (o que o faz remeter à literatura da psicologia social) três elementos essenciais: a) Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do copo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; b) Há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; c) Há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados.

Ainda, quando memória e identidade estão,

[...] suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, [...] os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual. (HALBWACHS, 2006, p.61).

Em nosso caso, os elementos que formam marcas simbólicas no espaço público das cidades brasileiras contemporâneas são objetos definidores de identidade, são elementos negociados e, assim como a memória, “[...] valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos [...]” (POLLAK, 1992, p.5).

Segundo o geógrafo Mauricio de Almeida Abreu (1998, p.7),

[...] o passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em “instituições de memória”, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares [...] a busca da identidade dos lugares, tão alardeadas nos dias de hoje tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado.

É na cidade que indivíduos, famílias e grupos sociais se ligam em si. No entanto a cidade,

[...] não é um coletivo de vidas homogêneas [...] O que faz com que surja uma memória grupal ou social, referida a algum lugar, é o fato de que aquele grupo ou classe social estabeleceu ali relações sociais. Essas relações, entretanto, podem ser de dominação, de cooperação ou de conflito, e variam tanto no tempo como no espaço. (ABREU, 1998, p.12).

Para Sandra Pelegrini (2008, p.218), a memória socialmente construída não raro aparece associada às lembranças vinculadas a monumentos e lugares específicos da cidade. Tal escolha pode indicar “representações de mitos fundadores, marcos identitários e referências culturais urbanas”, os silêncios e as ausências de celebrações são igualmente reveladores. Certo é, como assinalam os estudiosos dessa temática, que tal tradição tem sido tomada como uma prática pedagógica, um meio de rememorar fatos, negar episódios, enaltecer personagens ou relegá-los ao esquecimento.

Maria Carolina Maziviero (2007), acredita que a questão da identidade está inserida na memória enquanto construção social. No que diz respeito ao mundo urbano, as

[...] construções nos contam uma parte importante das relações entre cidades e seus habitantes. A maneira de arranjá-las no espaço, os materiais e as técnicas empregadas na sua edificação ou mesmo os padrões estéticos utilizados para lhes dar forma e cor são elementos que corroboram para ativação da memória dos indivíduos que se relacionam naquele espaço. (MAZIVIERO, 2007, p.8).

A este propósito, Gisele Lütke S. Jarek (2007, p.182) entende a

[...] reflexão sobre a cidade não só enquanto conteúdo histórico proposto em diversos currículos – mas também como um documento a ser explorado pelo(a) professor(a) de História, ou seja, como um espaço de múltiplas memórias, culturas, identidades e conflitos. No espaço da cidade, diversas práticas culturais são percebidas e se tornam mais concretas nas ruas, bairros, praças e lugares de memória. Em cada um desses lugares um sistema de valores se manifesta. Portanto, a trajetória da cidade pode ser lida nas diferentes marcas que os homens selecionaram, conscientemente ou não, para transmitir algo a outras gerações.

Para Oriá (2005), é a memória que faz com que os habitantes percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas lutas e experiências cotidianas. Sem isso, a população urbana não teria condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Sem a memória não se consegue situar na própria cidade, e acaba-se perdendo o elo afetivo da relação habitante–cidade e assim sentimo-nos deslocados e confusos.

Esta perda de referenciais históricos e culturais, pautados na memória da cidade, nos dá uma estranha sensação de que somos estrangeiros em nossa própria casa e aí nos restam apenas os lugares que o poder econômico dos setores dominantes construíram ou escolheram para manter como símbolo de uma memória única e excludente que não favorece a multiplicidade de memórias e identidades presentes em uma cidade. Assim, o grupo hegemônico no processo de produção social do espaço tende a ser, ao mesmo tempo, hegemônico no processo de produção da memória coletiva e da identidade do indivíduo.

Segundo Jörn Seemann (2005), citando Claval (2001, p.207) “[...] espaço e cultura são indissociáveis, porque não há sociedades que vivam sem espaço para lhes servir de suporte.” O ser humano se compreende pelo ambiente que habita, e habitar um lugar significa conhecê-lo, transformá-lo e humanizá-lo (BONNEMAISON, 2000). Para organizar esse espaço humanizado para fins de orientação, organização e referência, registra-se e mapeia-se as localidades, atribuindo-lhes nomes. Dessa maneira, o batismo dos lugares e o estudo dos nomes dos lugares se tornam um “empreendimento de muitas facetas com grandes e excitantes potencialidades intelectuais” (ZELINSKY, 1997, p.465) que vão além da toponímia como estudo etimológico dos nomes de lugares.

Sob uma perspectiva histórico-cultural, Claval (2001, p.189) considera a denominação de lugares como tomada de posse do espaço e como referência e orientação, afirmando que “todos os lugares habitados e um grande número de sítios

característicos na superfície da Terra têm nomes – frequentemente há muito tempo”. A toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas. Paul Carter (apud JACKSON, 1992) considera a nomeação dos lugares como fazer história espacial que começa e termina com a língua. Pelo ato de nomear, o espaço é simbolicamente transformado em lugar que, por sua vez, é um espaço com história.

Memória dos anos de chumbo no espaço urbano

O caso em que vamos nos deter no presente trabalho é o da memória dos anos de chumbo no espaço urbano brasileiro, embora tenhamos visto que o debate sobre as características da produção das cidades é de longa duração. As cidades brasileiras, onde se desenvolveu a maior parte das ações de resistência (ACSELRAD, 2015), guardam marcas da história recente da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Com o fim do regime de exceção permaneceu o que se chamou de feridas históricas, entre as quais a manutenção das marcas do regime autoritário em nomes de ruas, estabelecimentos e logradouros públicos. Passados mais de um quarto de século do final do regime autoritário, ainda sobrevivem designações de estátuas, ruas, praças e escolas públicas, e outros espaços públicos e privados que homenageiam integrantes do governo militar, torturadores e colaboradores do regime.

A perpetuação destes símbolos, após a diluição das coalizões de poder que deram sustentação ao regime de exceção, sugere a indisposição de setores presentes em seguidos governos que se sucederam a esse regime em trabalhar a memória coletiva no sentido de valorizar a resistência à ditadura e promover uma consciência crítica habilitada a prevenir a volta de regimes de força. Assim é que no caso brasileiro, as permanências parecem prevalecer; continuidades são visíveis, a despeito das descontinuações dos processos históricos. No que diz respeito à relação entre história e cidade, a construção da memória mais parece uma malha de tecidos remendados. Estátuas, logradouros, escolas, prédios públicos, entre outros, fazem referência – muitas vezes ufanista – aos mais diversos protagonistas de nossa história.

Mas, ao se lembrar de alguns, esquece-se de outros. Por isso a escolha, o processo de dar nomes aos lugares, a criação de um espaço simbólico é uma prática política. Na geografia cultural da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, convive-se, com a estátua em homenagem a um dos principais promotores do golpe de 1964, Marechal Castelo Branco, na praia do Leme, assim como com a Ponte Rio Niterói designada como Ponte Presidente Costa e Silva, nome do militar responsável pela assinatura do Ato Institucional Número 5. Várias gerações de jovens vêm estudando na Escola Municipal Presidente Médici, situada em Bangu, nomeada em homenagem

ao militar designado pela Ditadura para governar o país durante o período mais fortemente repressivo do regime autoritário.

Assim, quase trinta anos após o fim da Ditadura Civil-Militar, continuam em curso as disputas em torno da memória relativa a este período da história política brasileira. Em se tratando de uma história do presente – se faz relevante caracterizar a cidade como espaço de disputa de memória, nela apontando a presença de signos do regime autoritário com os quais os cidadãos conviveram por décadas após o fim do regime autoritário sem que isto fosse problematizado no espaço público. Isto porque tendem a coexistir, dentro de uma mesma cidade, símbolos urbanos que expressam a forma histórica da produção simbólica do espaço, estabelecendo vínculos entre o passado e o futuro.

Como se deu, por exemplo, o processo de escolha da nomeação da Av. Marechal Castelo Branco – localizada no bairro do Maracanã-RJ, em homenagem ao primeiro ditador do regime inaugurado em 1964? Por que a opção por seu nome e não outro? Quando se deu, quem foi (ou quem foram) o(s) autor(es) da homenagem e como isto aconteceu? Houve oposição? E por que a escolha deste local e não outro? No processo de decisão, houve debate sobre a localização da homenagem? Quais os caminhos institucionais seguidos por este processo? E ainda: houve tentativas da sociedade civil para que, após o fim do regime ditatorial, este nome fosse substituído por outro? E também, como se dá, em geral, a dinâmica institucional de nomeação de logradouros na cidade do Rio de Janeiro? Em princípio, tais propostas devem ser encaminhadas por vereador ou pelo Prefeito a um conselho formado com a Secretaria de Cultura e Urbanismo, além de representantes da Rio Urbe e do IPP – Instituto Pereira Passos, responsável pelas informações estatísticas e geográficas da cidade.

O artigo do historiador Reginaldo Benedito Dias (2012), *Sentidos políticos da toponímia urbana: ruas com nomes de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira*, faz amplo mapeamento das disputas simbólicas em torno da memória espacial referidas ao regime autoritário de 1964-1985, circunscritas nas cidades brasileiras.

Para Dias (2012), a disputa pela memória do período histórico em pauta incide no processo político das nomeações de ruas nas cidades do país. Um episódio ocorrido em São Carlos-SP, por exemplo, seria revelador da potencialidade e do sentido mais profundo de uma das mais menosprezadas entre as atividades dos legisladores e agentes públicos: a nomeação de logradouros públicos. Motivados por denúncias de grupos de direitos humanos o antigo nome de rua que homenageava o conhecido torturador Delegado Fleury foi trocado pelo de Dom Helder Câmara. Trata-se de recorrente mecanismo de construção da memória histórica, visto que

se elege um personagem ou um fato para ser perenizado na lembrança coletiva (DIAS, 2012). Dependendo da abrangência do nome que será estampado na placa, há um investimento na composição da memória: “[...] é na disputa pela definição de datas, símbolos e cerimônias comemorativas que começa a se delinear o caráter culturalmente arbitrário, histórico, social e politicamente construído da nação [...]” (CATELA, 2001, p. 206).

É fundamental perceber as ações de determinados grupos sociais que se constituem para denunciar a permanência de elementos do regime de exceção na vida corrente das cidades mesmo em um período em que vigoram as instituições de um sistema político formalmente democrático. No sistema de ação que nos interessa, consideramos também os sujeitos e forças sociais que buscam legitimar tal permanência, justificando-a diretamente ou através de diversos artifícios argumentativos, assim como procurando criar obstáculos para a sua remoção ou impedir que seja cultivada a presença histórica dos que combateram a ditadura e que foram vitimados por seus agentes repressivos.

Percebe-se assim os embates históricos que se têm produzido na cidade real e concreta em torno de manifestações urbanas operadas na esfera simbólica, tendo por referência a polis, ou seja, a cidade propriamente política, onde se constroem as concepções e práticas relativas à construção de um mundo comum.

Trata-se aqui de examinar a trama da intercomunicação constituída em torno das disputas toponímicas como parte do trabalho de coordenação de experiências e de atividades sociais que tende a orientar, em nosso caso no espaço específico da cidade, o movimento de criação social e cultural. Esta é, por certo, uma trama que se desenrola numa arena pública, ou seja, num teatro de competição, conflitos e controvérsias, onde indivíduos e grupos se encontram ao redor de posturas divididas, acertando situações problemáticas, elaborando programas de ação, se enfrentando em estratégias de interesses e se comprometendo em interações de diversos tipos (CEFAI, 2003).

Da década de 80 do século passado aos primeiros anos da década do ano 2000², grupos organizados dedicados às disputas toponímicas tratam de fazer uma denúncia pública, apontar uma injustiça que se pensa ser de ordem geral e não particular. Buscam convencer pessoas a respeito de uma causa que se quer universal, associá-las ao protesto, mobilizá-las para aderir a uma verdade que se quer que seja dita, portadora de uma acusação que esteja à altura da injustiça denunciada (BOLTANSKI, 2000).

² Se na década de 1980 as principais ações estavam lideradas pelo Grupo Tortura Nunca Mais, na primeira década do ano 2000 outros movimentos se juntam à mesma agenda, como o Levante Popular da Juventude, Lembrar é Re-existir, setores da OAB, entre outros.

A exibição pública dos nomes das vítimas da ditadura faz parte das manobras argumentativas a partir das quais os denunciadores se dispõem a oferecer provas e tornar públicas as injustiças ocorridas. Como assinala Boltanski (2000), quando certos atores sociais se apoiam no peso da opinião pública para obter uma reparação simbólica, põem em causa a reabilitação de vítimas que foram objeto de ações tidas por injustas e a quem se procura reconhecer e restituir a honorabilidade.

Ao procurarmos evidenciar os locais escolhidos e o histórico da construção de símbolos relativos à vida política na Ditadura Civil-Militar, durante e após a vigência do regime autoritário inaugurado em 1964, adentramos um território de disputas pela memória e identidade nacionais, tendo por objeto a toponímia referente a monumentos, logradouros e estabelecimentos públicos, como escolas.

A busca pela valorização de uma outra história – aquela ainda oficialmente silenciada – é condição para a criação de um espaço para o debate público sobre a história nacional, ainda por ser revelada. Os movimentos espontâneos ou organizados da sociedade civil brasileira que buscam renomear logradouros fortalecem esse duplo aspecto da luta por uma nova memória, identidade e espaço social. Não apenas o ato de reparação em si é importante, quanto o próprio debate público que esta ação proporciona.

A manutenção de elementos concretos que marcam o espaço em homenagem àqueles que feriram a legalidade e estabeleceram um regime ditatorial no Brasil, de um lado, perpetua simbolicamente versões obscuras da história que precisam ser esclarecidas, não porque caiba a História o poder de produção da Justiça, por excelência, mas sim o papel de construção da memória e, por conseguinte, da identidade de grupos e nações.

Conclusão

No Brasil, as iniciativas pareceram por muito tempo isoladas e dependentes da vontade política dos governantes. Mas no início dos anos 2000³, o assunto ganhou relevância, embora seu alcance ainda seja tímido perante sua importância histórica. Se a memória é uma construção social e território de disputas simbólicas, a justiça, a moral e a decência - o próprio ideal do que é justo, moral, decente – também o são.

³ No caso do Rio de Janeiro a chegada ao poder, na década de 80, de políticos que participaram da resistência ao regime militar foi fundamental para que a cidade ganhasse homenagens a aqueles que lutaram contra à ditadura, em articulação com o Grupo: Tortura Nunca Mais (1986) e (DESAPARECIDOS..., 1988-1989).

Segundo o filósofo Avishai Margalit (1999), existe uma distinção entre uma sociedade decente – aquela em que as instituições não humilham seus membros – e uma sociedade civilizada – aquela em que seus membros não se humilham uns aos outros. A ideia de sociedade decente - aquela em que ninguém pode ser humilhado pelas instituições – é, para o autor, um conceito macro-ético, enquanto a sociedade civilizada remete a um conceito micro-ético. A sociedade decente é a que evita a humilhação e respeita os direitos humanos pelo controle da arrogância burocrática, o combate ao desemprego e ao esnobismo social (MARGALIT, 1999). A sociedade civilizada é aquela em que os atos de desrespeito das instituições sejam repudiados por todos, através da inscrição simbólica deste repúdio no espaço público.

Homenagear - ou manter no tempo e no espaço o que se entende por homenagem nominal - a figuras que usaram da força para por o país em um estado de exceção, fazendo do período da Ditadura Civil-Militar brasileira um momento indecente da história do país, não é compatível nem com uma sociedade decente nem como uma sociedade civilizada. Isto significa uma recusa do projeto de construção de uma sociedade civilizada, estendendo no tempo a humilhação dos cidadãos para além do período de exceção. Significa mesmo uma modalidade de permanência do estado de exceção no interior do período de democracia formal.

Nesse sentido, as denúncias públicas são o registro das reivindicações por justiça – no caso das renomeações/homenagens em logradouros públicos na cidade, caminho para a construção coletiva de uma nova memória e uma identidade civilizada compartilhada. Pois quando a sociedade sai à rua para denunciar uma homenagem tida por indevida num logradouro público, ou marcar simbolicamente o *locus* urbano da morte de um militante que combateu a ditadura, a cidade se transforma. O que os atores sociais críticos envolvidos na disputa toponímica buscam é cultivar o espaço público como lugar de mediação entre os poderes públicos (o Poder Executivo, a Assembleia Legislativa e o Poder Judiciário, as agências administrativas, os poderes locais), a sociedade política (partidos políticos, corpos constituintes), a sociedade civil (Igrejas, organizações sindicais, associações cívicas e movimentos sociais) e os meios de comunicação.

O que é justo? e o que é justiça? São as perguntas subjacentes às suas ações. No caso que nos interessa, quais são os argumentos que se utilizam para acolher ou não a mudança de nome de um logradouro? Quando não há resistência não significa que não há conflito.

No caso dos chamados escrachos – atos coletivos que tornam públicos os espaços privados de moradia de torturadores - mais do que se condenar pelo silêncio, pelo esquecimento, a ideia é condenar pela lembrança e pela visibilização a história de crimes de quem torturou aqueles que se rebelaram contra a Ditadura. Há, no seio

da sociedade tanto uma memória como um esquecimento que, ora é apaziguado, ora não apaziguado. Os movimentos sociais/políticos reivindicam a possibilidade de expor ao debate público o que não foi apaziguado em nossa história. Ou, ainda, expor o que foi apaziguado de forma farsesca pela classe hegemônica e pelo aparelho estatal.

Uma nova cidade surge marcada pela luta que ocorreu entre 1964-1985, mas que oficialmente, teve até recentemente uma só versão. É justo, portanto, a reivindicação de novas versões, de novas narrativas e a recolocação nas arenas, da perspectiva dos atores sociais da resistência. Para Boltanski (1984) denúncia só é uma denúncia quando é tornada pública. Um reclamo por justiça - sempre presente nos protestos sociais e políticos – ou a denúncia de uma injustiça supõe referência a um culpado ou responsável. Os momentos críticos evidenciam não só o esforço da crítica em fundamentar a sua denúncia de injustiças, mas também o esforço dos atores em produzir justificações. Em nosso caso, para a justiça se materializar em renomeações ou novas homenagens aos que combateram a ditadura foi preciso que a sociedade pressionasse, evocasse a construção de uma nova memória. Tratam-se de disputas pelo que se entende dever tornar público, sabendo-se que o processo de publicização resulta da composição de pequenas escolhas, arrazoados e decisões em ambientes que, pelo fluxo de recursos e configurações de oportunidades oferecidas, assim como pelos tipos de experiência e ações que se desenham, restringem as formas de compromisso entre os atores (CEFAI, 2003).

A nação que não reconhece de forma pública os descaminhos históricos tomados rompe um pressuposto básico de que o primeiro passo para tratar de uma questão é reconhecer que ela existe. Ao se conviver com uma pretensa história sem conflitos, o que é dialeticamente impossível, constrói-se uma sociedade sem memória, portanto sem identidade, sem consciência de si.

MEMORY OF THE YEARS OF LEAD IN BRAZILIAN CITIES

ABSTRACT: *The present article analyzes the relation between memory, history and society in urban space in Brazil, in particular the disputes surrounding places of memory that are a throwback to the Civil-Military Dictatorship (1964-1985). The political dimension of the practice of naming symbolic spaces in a manner that honors the dictatorship is the central theme of this work. The most important actions by the resistance took place in Brazilian cities, and marks remain in them of the recent history of the dictatorship. With the end of the regime of exception which started in 1964, historical wounds – as they were called - remained, chief among them the continued presence of marks of the authoritarian regime in street names,*

establishments and public spaces. More than a quarter of a century after the end of the authoritarian regime, designations of statues, streets, squares, public schools, and other public and private spaces still honor members of the military government, torturers and other collaborators of the regime.

KEYWORDS: *Place of memory. Civil-military dictatorship. Cities.*

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 111, n.4, p.05-26, jan./jun. 1998.

ACSERALD, H. **Sinais de fumaça na cidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

BOLTANSKI, L. **El amor y la justicia como competencias**: três ensayos de sociología de la acción. Buenos Aires: Amorroutu, 2000.

_____. La denonciation. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v.51, p.03-40, mars. 1984.

BONNEMAISON, J. **La géographie culturelle**. Paris: Éditions du C.T.H.S, 2000.

BURKE, P. História como memória social. In: _____. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CATELA, L. da S. **Situação-limite e memória**: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2001.

CARVALHO, M. A. R. de. **Quatro vezes cidade**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

CEFAI, D. Qu'est-ce que c'est une arène publique? quelques pistes pour une approche pragmatique. In: CEFAI, D.; JOSEPH, I. (Org.). **Heritage du pragmatisme**: conflits d'urbanité et épreuves de civisme. Paris: La Tour d'Aigues, Editions de l'Aube, 2003. p.5-82.

CHAUPRADE, A. **Géopolitique, constantes et changements dans l'histoire**. 3.ed. rev. et augmentée. Paris: Ellipses, 2007.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 2.ed. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

DESAPARECIDOS políticos dão nomes a ruas. **Tortura Nunca Mais**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 8, p. 2, nov./jan. 1988-1989.

DIAS, R. B. Sentidos políticos da toponímia urbana: ruas com nomes de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira. **Revista Patrimônio e Memória São Paulo**, São Paulo, v. 8, n.1, p. 155-181, jan./jun. 2012.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Globo, 2006.

GUARINELLO, N. L. Memória coletiva e história científica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.14, n. 28, p.180-193, 1995.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Centauro, 2006.

JACKSON, P. **Maps of meaning: an introduction to cultural geography**. Londres: Routledge, 1992.

JAREK, G. L. S. Cidades, culturas, memórias e identidades: uma proposta em educação patrimonial. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v.13, n.2, p. 180-191, jul./dez. 2007.

JEDLOWSKI, P. **Memory and sociology: themes and issues**. London: Time & Society, 2001.

JODELET, D. Les representations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, D. (Ed.). **Les representations sociales**. Paris: PUF, 1989. p.45-78.

_____. Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. In: MOSCOVICI, S. (Ed.). **Psychologie sociale**. Paris: PUF, 1984. p.357-378.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

MARGALIT, A. **La société décente**. Paris: Editions Climats, 1999.

MAZIVIERO, M. C. **Memória e espaço: vinculações acerca da formação da identidade urbana**. 2007. Trabalho apresentado ao 5º Seminário Memória, Ciência e Arte: Razão e Sensibilidade na Produção do Conhecimento, Campinas, 2007.

MEMORIAS em la ciudad: Señales del terrorismo de estado en Buenos Aires. Buenos Aires: Edeuba, 2009.

MORSE, R. **O espelho de próspero**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: PUF, 1976.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.07-28, 1993.

ORIÁ, R. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, C. M. F. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2005.

PELEGRINI, S. C. A. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. **História (São Paulo)**, Franca, v.27, n.2, p. 145-173, 2008.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p.200-2012, 1992.

PRADO Jr., C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RAMA, A. **A cidade das letras**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2015.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (Coord.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.30-48.

SÁ, C. P. de. et al. A memória histórica do regime militar ao longo de três gerações no Rio de Janeiro: sua estrutura representacional. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.26, n.2, p.159-171, 2009.

SEEMANN, J. A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará. **Revista Vivência**, [Natal], n. 29, p.207-224, 2005.

TORTURA nunca mais. Rio de Janeiro, n. 2, maio 1986.

VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

ZELINSKY, W. Along the frontiers of name geography. **Professional Geographer**, [S.l.], v.49, n.4, p.465- 466, 1997.

Recebido em 30/01/2015.

Aprovado em 25/11/2015.